

# Perspectivas do saneamento fiscal

03 ABR 1998

O último Boletim de Acompanhamento Macroeconômico do Ministério da Fazenda faz uma análise minuciosa das perspectivas fiscais. Nela, reconhece-se que, até agora, a política fiscal foi o ponto fraco do Plano Real, como ficou demonstrado pelo resultado do ano passado, que acusou um saldo primário bem aquém do esperado.

Segundo os autores do Boletim, três fatores explicam o malogro do ajuste fiscal: a rigidez orçamentária, o conjunto de passivos acumulados e os ajustes prévios requeridos pela privatização. Tais fatores foram agravados pela demora na aprovação das reformas estruturais.

A redução da inflação retirou do governo a possibilidade de

aproveitar o aumento das receitas enquanto as despesas orçamentárias ficavam. Os "restos a pagar" e os títulos emitidos para pagar precatórios ilustram a oportunidade perdida. Por outro lado, os aumentos de salários em 1994 e 1995 elevaram os gastos de pessoal no conjunto dos gastos do Tesouro.

No caso das privatizações, verificou-se que, devendo o governo sanear previamente as empresas privatizáveis – dada a delicada situação financeira em que se encontravam – teve de efetuar despesas não previstas. Ademais, alguns passivos que não apareciam nas estatísticas foram reconhecidos: a capitalização do Banco do Brasil, as dívidas da Siderbrás, da Sunamam e do setor elétrico e, o

que era o pior deles, o dos bancos estaduais.

As perspectivas para os próximos anos são bem melhores. O Plano Real reduziu o número de ações impetradas na Justiça. Os autores do estudo estimam que as ações de natureza tributária tenham caído de 66 mil, em 1994, para menos de 38 mil em 1997.

No que se refere aos precatórios a pagar, o seu estoque diminuiu. O saneamento das empresas privatizáveis está na sua fase final, o que significa que as empresas foram saneadas e que isso permitirá que as receitas de desestatização sejam aplicadas na redução da dívida. Foram diminuídas as dívidas pendentes, como é o caso do Fundo de Compensação da Variação Salarial

que, no último ano, teve uma redução de R\$ 13 bilhões.

Com as reformas estruturais, o governo espera reduzir o déficit público – da União, dos Estados e dos Municípios. Se for aprovada, a Reforma da Previdência permitirá uma economia de R\$100 milhões por mês, podendo chegar a R\$17,6 bilhões por ano em 2006. A reforma administrativa – essa a expectativa – poderá dar grande contribuição para o saneamento das finanças estaduais e municipais. No estudo, não se leva em conta a reforma tributária, pois o governo ainda não apresentou seu projeto.

Essa análise deve ser vista com reservas, pois nele fica claro que o equilíbrio fiscal só será alcançado, em grande medida, pela aplicação das reformas.